

Tema Municipal

Eixo 4

Relação entre os programas governamentais - como pac e minha casa, minha vida - e a política de desenvolvimento urbano

Em Belo Horizonte são várias as instâncias de participação popular na política de desenvolvimento urbano. Desde a escolha de obras através do Orçamento Participativo (1993), do Orçamento Participativo da Habitação (1996) e do Orçamento Participativo Digital (2006), até as alterações no Plano Diretor e na Lei de Parcelamento, Ocupação de Uso do Solo através da Conferência Municipal de Política Urbana que acontece a cada quatro anos. Além disso, existem as Conferências Temáticas e das Cidades e os Conselhos e Fóruns que consistem canais permanentes de participação popular vinculados a diferentes temáticas da política urbana, como o Conselho Municipal de Política Urbana, o Conselho de Habitação, o Conselho de Meio Ambiente, a Comissão Municipal de Transporte e Trânsito, dentre outros mecanismos de consulta e participação da sociedade civil. Da mesma forma, o Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA do município de Belo Horizonte são divulgados no site da PBH para acompanhamento pelo cidadão das fases do ciclo de gestão governamental, além das Audiências Públicas periódicas realizadas na Câmara Municipal, nas quais o Executivo presta contas ao Legislativo e à sociedade da execução de seus programas.

Ancorado neste contexto de planejamento e participação popular, o município tem recebido recursos para a Política de Desenvolvimento Urbano, principalmente do Governo Federal, através do PAC – Programas Pró Moradia, Saneamento para Todos, Projeto Multisetorial Integrado, Projetos Prioritários de Intervenção – e do Orçamento Geral da União, através do FNHIS. Além dos investimentos do governo federal, recursos do governo estadual têm sido investidos no município – obras viárias, principalmente – e recursos externos, como é o caso dos investimentos no Programa DRENURBS, financiado pelo BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. Destacam-se as obras do PAC – Programa Vila Viva no Aglomerado Morro das Pedras, na Vila Pedreira Prado Lopes da Serra e na Vila São José. O acompanhamento das intervenções é feito através dos conselhos setoriais e, no nível local, através da participação da população das áreas objeto das intervenções, através de Associações locais e Grupos de Referência. Pretende-se, dessa forma, possibilitar, a garantia da sustentabilidade das intervenções.

Uma questão ainda a ser enfrentada em relação aos programas e financiamentos federais é a articulação com os municípios da região metropolitana. São territórios de muitos conflitos, onde a proximidade dos problemas, em geral, não facilita o encontro de soluções.

REFLEXÕES:

Como prever nos programas federais de abrangência nacional, como o PAC e o MCMV, as diferenças e disparidades regionais do território brasileiro?

Como poderiam os programas federais fomentar o desenvolvimento urbano integrado das regiões metropolitanas sem ferir a autonomia dos municípios e atuar como facilitador na construção de acordos?

O subgrupo deverá tirar uma proposta de caráter nacional, para participar de votação em “plenarinha”, quando serão definidas duas propostas. As propostas selecionadas serão apresentadas no Plenário Geral e encaminhadas para Conferência Estadual e para o Conselho Nacional das Cidades.